

APRESENTAÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, desde o ano de 2009, publica a Revista “Eleições & Cidadania”, composta por um Conselho Editorial de diversos profissionais das mais variadas áreas de conhecimento jurídico (Desembargadores, Juízes Eleitorais, membros do Ministério Público, Advogados, Servidores da Justiça Eleitoral, Professores, entre outros) e tem como propósito fomentar um debate equilibrado, transparente, objetivo e qualificado sobre democracia, promovendo o estudo, a capacitação e a difusão de temas referentes ao direito eleitoral e a intersecção entre direito e política.

Também por meio do presente periódico o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí vem atuando decisivamente em diversos momentos da história político-eleitoral brasileira, especialmente no Estado do Piauí, cumprindo, assim, seu papel constitucional na construção da democracia.

Determinadas decisões proferidas por este Tribunal Eleitoral tiveram grande repercussão jurídica e social, neste ano eleitoral de 2020. Destaque especial é dado a decisões nos Julgados deste ano, cuja finalidade é contribuir para a difusão da história do TRE/PI nos meios acadêmico e científico.

Cada julgado apresenta texto descritivo, com detalhes da controvérsia e da decisão proferida, enriquecido de contextualização histórica representativa dos antecedentes, dos fatos que cercaram o julgamento e das consequências da decisão nos meios jurídico, político e social.

Além dos julgados/acórdãos do Tribunal proferidos neste ano de 2020, selecionado com extrema minudência, compõe, ainda, a presente obra, artigos jurídicos escritos por advogados de renome nacional, sobre temas extremamente atuais e palpitantes, envolvendo o direito eleitoral.

Contemporaneamente, não há mais espaço para uma teoria da decisão judicial que ignora o papel dos precedentes enquanto fontes do direito. Daí porque, o presente periódico se constitui de artigos sobre temas palpitantes, além de importantes decisões proferidas por membros do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, tornando-se, por conseguinte, em uma valiosa fonte de pesquisa.

Sendo assim, o ordenamento jurídico não se limita, portanto, às normas emanadas pelos órgãos constitucionalmente competentes para produzir leis e atos normativos, haja vista que o próprio Legislador, no curso corrente da história, relegou maior espaço à atuação do Judiciário, ao trabalhar, na própria confecção legislativa, cada vez mais com conceitos jurídicos indeterminados, cláusulas gerais e princípios. Tal premissa é reforçada pela edição do Código de Processo Civil de 2015 que institui o sistema de precedentes no Brasil, que demanda reflexão, a propósito de sua aplicação na seara eleitoral, a qual é conhecida por suas peculiaridades.

E é com a preocupação de resgatar e preservar o passado, base e referência necessária para o fortalecimento do presente e planejamento do futuro, com muita honra, que se apresenta, à comunidade jurídica e acadêmica, a 7ª edição da Revista “Eleições & Cidadania”, sendo a 1ª versão totalmente eletrônica, a fim de facilitar o acesso aos interessados, ciente de que, com isso, mais um passo é dado na construção institucional do TRE/PI.

Espero, então, que o presente periódico seja uma importante ferramenta a todos que militam na seara eleitoral.

Dr. Guilardo Cesá Medeiros Graça
Advogado – OAB/PI